

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



NEOCONSTITUCIONALISMOS E JUIZ NATURAL

Autor(res)

Adriano De Souza Figueredo
Jose Martins Chaves De Sa Filho
Pedro Junio Oliveira
Selma Maria De Jesus
Ariza Romão Teixeira

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE VALPARAÍSO DE GOIÁS

Introdução

Com tamanha atuação da Suprema Corte em situações como 08 de janeiro de 2023, claramente pode-se notar alguns atos de ofício dos ministros do Supremo Tribunal Federal, que diante dos fatos ocorridos, estes aparentam não estarem agindo de forma imparcial, tão menos respeitosamente com o devido processo legal. A atuação do STF dentro do contexto neoconstitucionalista deveria ser uma abordagem dinâmica e não comprometedor com a efetivação dos direitos fundamentais e a defesa da ordem constitucional. A emergência de julgar certas situações, surge acompanhando a atual sociedade que vivemos, a Constituição de 1988, traz em seu artigo 5º diversas garantias onde um dessas se trata do juízo natura.

Objetivo

O objetivo desta pesquisa consiste em demonstrar a atual situação jurídica e atuações de ofício dos ministros do Supremo Tribunal Federal, bem como, visa analisar e demonstrar o ato histórico ocorrido em 08 de janeiro de 2023 comparando com o devido processo legal.

Material e Métodos

A pesquisa dar-se-á através de revisão bibliográfica com o objetivo de comparar o princípio constitucional do devido processo legal e a forma empregada em casos concretos pelos detentores da justiça. O presente estudo também empregou como método primordial, utilizadas inúmeras reportagens jornalísticas veiculadas desde o início desses movimentos, bem como sites especializados, documentários, e julgados jurisprudência dos tribunais, pesquisas bibliográficas inerentes ao tema abordado, e principalmente o ordenamento jurídico brasileiro. Assim, visando uma análise clara e concisa, sob a ótica jurídica, das repercussões dos atos do 8 de janeiro de 2023.

Resultados e Discussão

Se evidencia a complexidade, o princípio do juiz natural está sendo desvirtuado, sendo que consta expresso na Carta Magna de 1988, o qual afirma que o STF só possui competência originária para julgar matérias específicas e julgamentos com foro privilegiado e não para julgar manifestantes nas esplanadas porque não tem foro

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



privilegiado, mas sim é competência da justiça de primeira instância. O princípio do juiz natural; esse princípio visa que todos têm o direito a um processo justo, imparcial e transparente perante um tribunal competente e independente, para garantir a justiça, a equidade e a confiança no sistema jurídico. Além disso, o princípio do juízo natural é uma pedra angular do Estado Democrático de Direito, garantindo que o processo legal seja conduzido de forma justa, transparente e de acordo com a lei. Por outro lado, o neoconstitucionalismo com atuações cada vez mais incisivas do Supremo Tribunal Federal.

Conclusão

A transparência é fundamental para garantir que o ônus argumentativo deve ser sério e bem fundado, quando a decisão for mediada por princípios. E esses devem ser estritamente necessários à decisão e para casos realmente difíceis. No Brasil o neoconstitucionalismo é impulsionado por outro fenômeno social: descrença geral da população em relação à política majoritária, e, sobretudo, no descrédito do Poder Legislativo e dos partidos políticos, e na esperança crescente que se nutre no Judiciário.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em. 03 de abril 2024.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 23°. edição. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.